



José Gabriel Ávila*

Agora ou amanhã será tarde demais!

Esta semana os dirigentes políticos e empresariais regionais e a opinião pública foram surpreendidos pela nova estratégia da Comissão Europeia para as regiões ultraperiféricas (RUP), anunciada pela comissária Elisa Ferreira responsável pela coesão e reformas.

Os propósitos da Comissão irão contemplar cerca de 5 milhões de cidadãos residentes nas regiões mais remotas da UE, entre as quais os Açores, Madeira e Canárias, com estatuto de ultraperiferia reconhecido no art.º 349 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

A estratégia adotada esta terça-feira pela Comissão reconhece, segundo o vice-presidente da Comissão, que *“Estas regiões também padecem de graves problemas, como o elevado desemprego e a baixa produção económica, tendo sido duramente afetadas pela pandemia de coronavírus.”* Por isso, é assumido ser dever da UE *“desenvolver estratégias de desenvolvimento específicas para a sua recuperação e o seu crescimento.”*

A estratégia da Comissão Europeia assenta em cinco pilares:

-Dar prioridade às pessoas— melhorar as condições de vida nas regiões ultraperiféricas, garantir a qualidade de vida, combater a pobreza, desenvolver oportunidades para os jovens;

-Aproveitar as vantagens únicas de cada região, como a biodiversidade, a economia azul ou o potencial de investigação;

-Favorecer uma transformação económica sustentável, respeitadora do ambiente e com impacto neutro no clima, no quadro da transição ecológica e digital;

-Reforçar a cooperação regional das regiões ultraperiféricas com os países e territórios vizinhos;

-Reforçar a parceria e o diálogo com as regiões ultraperiféricas, nomeadamente através do apoio específico à respetiva capacidade administrativa e de medidas de sensibilização para intensificar a sua participação nos programas da UE.¹

O documento constitui uma aposta forte da UE no desenvolvimento das ultraperiferias e visa aproximar as 9 regiões dos níveis médios de desenvolvimento dos estados membros.

Depois de um longo período em que a preocupação das autoridades regionais foi dar a conhecer os constrangimentos por que passavam os cidadãos da ultraperiferia para conseguir apoios em áreas económicas no âmbito do POSEI, eis que a UE reconhece não só esses problemas específicos, mas também as potencialidades existentes:

*“As nove regiões ultraperiféricas representam vantagens únicas: uma população jovem, uma biodiversidade rica, uma localização estratégica para atividades espaciais e de astrofísica, extensas zonas económicas marítimas e o estatuto de postos avançados da UE em todo o mundo. As regiões ultraperiféricas encerram também importantes potencialidades para continuar a desenvolver setores essenciais como a economia azul, a agricultura, as energias renováveis, as atividades espaciais, a investigação ou o ecoturismo.”*²

O documento será apreciado em 21 de junho num Conselho de Ministros de Assuntos Gerais. No entanto, o fato de ele ter sido antecipadamente revelado pelo Vice-Presidente Dombrovskis e pela Comissária Elisa Ferreira revelam o empenho da Comissão no desenvolvimento dos nove territórios ultraperiféricos, guardas avançados da fronteira da Europa.

Julgo ser a primeira vez que a UE desenvolve documento tão importante e de tanto alcance sobre a necessária coesão e desenvolvimento das regiões ultraperiféricas, associando-lhe, certamente, um envelope financeiro substancial e instrumentos técnicos necessários para a realização de projetos que visem retirar esses povos do atraso em que se encontram.

A estratégia da UE é, simultaneamente, um programa de governo e um Plano a médio prazo, pelo que cabe aos executivos das regiões, nomeadamente da Região Autónoma dos Açores, concertarem estratégias, programas e projetos para que consigam atingir os objetivos da Europa das Regiões.

De há uns anos para cá, esperava-se que os resultados da adesão dos

Açores à União Europeia se traduzissem em mais desenvolvimento e melhores condições de vida. Tal, infelizmente não aconteceu. Não por falta de apoios financeiros aos projetos sócio-económicos regionais, mas por más opções e pela inadequação de muitos deles às novas dinâmicas de crescimento e progresso económico dos setores contemplados.

Basta recordar as somas enormes de verbas provenientes de Fundos comunitários gastas em apoios à produção e transformação leiteira e os investimentos efetuados na frota pesqueira e na própria indústria de conservas de atum, para concluirmos que o resultado não foi o esperado.

Não soubemos acompanhar a evolução dessas atividades com a investigação científica e os necessários estudo dos mercados. E o resultado foi que muitos produtores agrícolas e profissionais da pesca não se libertaram da pobreza nem dos baixos rendimentos e tiveram de abandonar a terra e o mar.

A nova estratégia para as RUP é inovadora e integra as novas orientações da UE para os próximos anos e as dotações financeiras suficientes.

Importa pois, que os responsáveis empresariais, governamentais e sobretudo a UNIVERSIDADE dos AÇORES reflitam nas propostas da Comissão, com a mentalidade aberta a um novo futuro que as transformações sociais impõem e apresentem e incentivem projetos e empreendedores.

Os Açores têm de acompanhar o novo ciclo de desenvolvimento, aproveitando as vantagens únicas de que dispõe na biodiversidade, na economia azul e no potencial de investigação, em benefício de “uma transformação económica sustentável, respeitadora do ambiente e com impacto neutro no clima”.

Ou é agora, ou será tarde demais.



Foto de: José Gabriel Ávila

¹https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/news/2022/05/05-03-2022-the-commission-s-renewed-strategy-for-the-eu-s-outermost-regions-puts-people-first-and-unlocks-their-potential

²idem